

Superior Tribunal de Justiça

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.363 - DF (2019/0301424-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
REQUERENTE : ALEXANDRE MARQUES DA SILVA MARTINS
ADVOGADO : ALEXANDRE MARQUES DA SILVA MARTINS (EM CAUSA PRÓPRIA) - DF059380
REQUERIDO : JUSTIÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória ofertado por **ALEXANDRE MARQUES DA SILVA MARTINS**, objetivando que seja atribuído efeito suspensivo ao agravo interposto de decisão que negou seguimento ao recurso especial.

O acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios negou provimento ao agravo de instrumento do ora requerente, entendendo que não havia demonstração de situação fática que justificasse a decretação de segredo de justiça na espécie (e-STJ, fl. 57-61). Opostos embargos de declaração, restaram acolhidos para corrigir erro material (e-STJ, fls. 67-72).

O recurso especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem, em razão da não contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015 e pela incidência da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 87-88). Foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 89-101).

Sustenta, em síntese, o requerente que: a) primeiramente, esse pedido de tutela deve ser apreciado pela 3ª ou 4ª Turma desta Corte; b) é cabível o agravo de instrumento no Tribunal de origem; c) teria ocorrido omissão no julgado combatido; d) "o centro da controvérsia reside em saber se é possível a decretação do segredo de justiça em processos envolvendo medidas protetivas de urgência requeridas com arrimo na Lei Maria da Penha" (e-STJ, fl. 11); e) "deve, também, ser resguardado o direito à intimidade do suposto ofensor, posto que teve medidas protetivas decretadas contra si sem ter tido, até aquele momento, qualquer direito de provar a sua inocência" (e-STJ, fls. 11-12); f) "Em 03 de julho do corrente ano, o juízo de piso, nos autos nº 9825-9/19, conforme documento em anexo, determinou o arquivamento do feito por falta de justa causa em relação a eventuais delitos de ação penal pública, com base em parecer ministerial" (e-STJ, fl. 13); g) "a concessão do efeito suspensivo almejado fará cessar os sérios e irreparáveis prejuízos impostos ao requerente, o qual, repita-se, encontra-se com a sua imagem, honra e reputação completamente denegridas, e a cada dia que passa sem a concessão do pretendido efeito excepcional, esta lesão a direitos tão basilares se agrava" (e-STJ, fl. 14).

Requer, portanto, "a concessão de tutela provisória de urgência, de sorte que seja determinada a suspensão dos efeitos dos acórdãos do TJDFT nos autos do agravo de instrumento nº 0706857-88.2019.8.07.0000, conferindo-se segredo de justiça nos autos nº 0712908-67.2019.8.07.0016 em trâmite perante o 3º juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher de Brasília" (e-STJ, fl. 15).

É o relatório.

Decido.

Primeiramente, convém destacar que "Para firmar a competência interna desta Corte mister o exame da natureza da relação jurídica litigiosa" (CC 154.969/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 27/11/2017). Tratando-se na espécie, em princípio, de medidas

Superior Tribunal de Justiça

protetivas de natureza penal relativas a eventual delito de violência doméstica e familiar contra mulher, a matéria de fundo tem cunho penal.

Por outro giro, nos termos do art. 288, § 2º, do RISTJ, "o relator poderá apreciar a liminar e a própria tutela de urgência, ou submetê-las ao Órgão Julgador competente".

Como consabido, para o deferimento do efeito suspensivo ao recurso é necessária a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

O requerente, no agravo, busca destrancar o recurso especial inadmitido pelo Tribunal de origem, onde se pleiteia, em síntese, a decretação de segredo de justiça em razão de eventual violação do art. 189, II e III, do CPC.

O Tribunal *a quo* asseverou:

"A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem (art. 5º, LX, CF).

Os atos processuais penais, em regra, são públicos (art. 792, caput, do CPP). Só se restringe a publicidade de audiências, sessões ou atos processuais se da sua publicidade puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem (§ 1º).

Certo que, a teor do art. 189, II, do CPC/15, os atos processuais que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes, devem tramitar em segredo de justiça.

A hipótese não diz respeito a questões afetas ao casamento, **mas de conflitos no ambiente doméstico e familiar contra a mulher. E a Lei Maria da Penha não garante o segredo de justiça aos litigantes. Tanto que os processos relativos à violência doméstica tramitam, em regra, sem sigilo.**

[...]

O agravante não demonstrou situação fática que, tornada pública, resulte em escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem.

As razões que apresentou – proteção da sua intimidade e que não lhe foi oportunizado, até o momento, exercer o contraditório - não justificam a decretação do segredo de justiça. De outra forma, todos os processos do juizado de violência doméstica e familiar tramitariam em segredo de justiça.

[...]" (e-STJ, fls. 60-61, grifou-se).

Ressalte-se que as teses levantadas no recurso especial são idênticas àquelas utilizadas para fundamentar esse pedido de efeito suspensivo, as quais serão analisadas, no momento oportuno, no recurso.

No caso, em princípio, não se vislumbra a presença dos requisitos autorizadores da concessão da tutela requerida.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de tutela de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator